

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
MUNICÍPIO DE AMONTADA – ESTADO DO CEARÁ

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO – EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021
Processo nº 02953/2022-7

FLÁVIO CÉSAR BRUNO TEIXEIRA FILHO, Prefeito do Município de Amontada, Estado do Ceará, em atenção ao Ofício nº 142/2025, da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Amontada, vem, respeitosamente, perante Vossas Excelências, com fulcro nos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal (art. 5º, incisos LIV e LV da CF), apresentar a sua **PETIÇÃO DE DEFESA/JUSTIFICATIVAS PARA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE GOVERNO – EXERCÍCIO 2021**, com o objetivo de subsidiar a apreciação política das contas de governo relativas ao exercício de 2021, pelas razões que passa a expor:

I – DOS FATOS

Trata-se de prestação de contas anuais do Município de Amontada, exercício financeiro de 2021, sob responsabilidade do peticionante, regularmente processada perante o Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE), nos autos do Processo nº 02953/2022-7.

Em sessão plenária virtual realizada entre 17 e 21 de fevereiro de 2025, o Egrégio **Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE/CE**, por maioria, emitiu o Parecer Prévio nº 29/2025, opinando pela **APROVAÇÃO** com ressalvas das contas, conforme consta da respectiva Certidão de Julgamento, datada de 28 de fevereiro de 2025.

No mesmo sentido, o **Ministério Público de Contas do Estado do Ceará – MPC/CE**, por meio do Parecer nº 757/2024, emitido pela 4ª Procuradoria de Contas, igualmente se manifestou pela **APROVAÇÃO** com ressalvas, reconhecendo que as inconsistências apontadas não comprometeram a regularidade global das contas.

Apesar das ressalvas apontadas, **não houve prejuízo à regularidade global das contas nem aos princípios que regem a administração pública**, tampouco compromete o conjunto da gestão pública municipal no exercício em análise, razão pela qual, o TCE/CE e o MPC se manifestaram pela sua **APROVAÇÃO** com ressalvas.

II – DO DIREITO

Nos termos do artigo 31, § 1º da Constituição Federal, compete ao Poder Legislativo Municipal o julgamento das contas de governo, mediante controle externo exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, cujo parecer prévio é de natureza opinativa, mas revestido de elevado valor técnico e presunção de legitimidade, devendo fazê-lo com base no parecer prévio do Tribunal de Contas.

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

Esse parecer é elemento essencial e altamente persuasivo para a deliberação da Câmara. Dentre as possíveis ressalvas apontadas pela Corte de Contas, destacam-se:

Conforme consta do julgamento das Contas, algumas ressalvas foram imputadas, são elas:

- a) Superação do limite de 54% de despesa com pessoal, conforme artigo 20, inciso III, alínea “b” da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF);
- b) Ausência de cálculo prévio do excesso de arrecadação em um decreto de crédito adicional;

Apesar das ressalvas apontadas, ***não houve prejuízo à regularidade global das contas nem aos princípios que regem a administração pública, razão pela qual o TCE/CE e o MPC se manifestaram pela sua aprovação com ressalvas.***

A despeito das ressalvas apontadas, é essencial que se compreenda a natureza das inconsistências identificadas e se avalie seu impacto real sobre a gestão fiscal, orçamentária e patrimonial do Município. Assim, analisam-se os principais apontamentos:

1. Despesa com pessoal

No que se refere à superação do limite de 54% de despesa com pessoal, de fato, o artigo 20, inciso III, alínea “b”, da LRF limita as despesas com pessoal do Executivo a 54% da Receita Corrente Líquida (RCL). Contudo, **conforme reconhecido pelo próprio TCE/CE**, o período foi afetado por **estado de calamidade pública**, decretado em virtude da pandemia da **COVID-19**, o que **enseja a mitigação dos limites legais**, conforme previsto no artigo 65 da LRF e nas disposições da **Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020**.

A jurisprudência também reconhece a possibilidade de flexibilização temporária das regras fiscais, desde que as despesas estejam associadas a medidas de enfrentamento da calamidade, como ocorreu no presente caso.

2. Ausência de cálculo prévio do excesso de arrecadação

Quanto ao excesso de arrecadação utilizado para abertura de crédito adicional, embora o relatório técnico tenha apontado a ausência de registro documental do cálculo prévio do excesso de arrecadação para justificar a abertura de crédito adicional, verifica-se que, **ao final do exercício, os valores arrecadados foram efetivamente superiores ao inicialmente estimado, conforme comprovado nos demonstrativos financeiros.**

Nesse sentido, mesmo que haja atecnia de natureza procedimental, não houve qualquer prejuízo ao equilíbrio orçamentário nem afronta material aos princípios da legalidade ou

responsabilidade fiscal, o que, segundo **precedentes do próprio TCE/CE**, afasta a gravidade do **apontamento e não constitui motivo para desaprovação das contas**.

Além disso, **os investimentos constitucionais mínimos foram devidamente cumpridos**:

- Educação (28,33%) e Saúde (29,43%)

A observância rigorosa desses percentuais reforça a diligência da gestão com as políticas públicas essenciais e evidencia o compromisso com a boa governança e com os direitos fundamentais da população.

Ademais, a **ausência de danos ao erário**, a boa-fé administrativa, o **cumprimento dos pisos constitucionais** e a **ausência de dolo ou má gestão** reforçam a tese de regularidade com ressalvas, **confirmada tanto pelo TCE/CE quanto pelo Ministério Público de Contas**.

III – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, **requer-se à esta Egrégia Câmara Municipal de Amontada**, com base no artigo 31 da Constituição Federal, na jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, no Parecer Prévio nº 29/2025 emitido pelo TCE/CE e no Parecer nº 757/2024 do Ministério Público de Contas, ambos favoráveis à aprovação com ressalvas, que esta Egrégia Câmara Municipal delibere pela **APROVAÇÃO DAS CONTAS DE GOVERNO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021**, reconhecendo a regularidade substancial da gestão, as circunstâncias excepcionais do período e o compromisso da Administração com a boa-fé e o interesse público.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Amontada/CE, 7 de maio de 2025.

Flávio César Bruno Teixeira Filho
Prefeito Municipal de Amontada
Peticionante